

Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural

Ao perscrutar a minha infância (a melhor fonte para a pesquisa da própria eternidade), vejo o despertar da consciência como descontínua série de instantes com intervalos sucessivamente mais curtos, até se formarem cintilantes blocos de percepção que oferecem à memória um escorregadio suporte.

VLADIMIR NABOKOV, *Na Outra Margem da Memória*

I. PRÓLOGO

Já noite, estou numa das duas pequenas tabernas de Aldeia, que frequento há algum tempo. Há vários homens presentes, que, acabados os seus trabalhos na terra ou na construção civil, se juntam para beber e conversar um pouco antes do jantar. Lembram-se os acontecimentos do dia ou da semana, os destinos do futebol, episódios passados, detalhes da vida individual. As intervenções individuais são sistematicamente interrompidas pelos comentários constantes e abruptos dos outros, que acrescentam detalhes, refutam as versões ouvidas, põem em causa o que diz o orador, ironizam com ele.

Entre vizinhos e amigos, gente com um lugar definido na sociedade local, sou alguém que não pertence a qualquer das categorias e cuja identidade é para eles um tanto misteriosa. Das sucessivas apresentações que fui fazendo de mim próprio retiveram a de historiador. Por esse motivo, tenho esta noite um pequeno confronto com um habitante local que havia sido aprovado com distinção no antigo exame da 3.^a classe. Querendo alardear o seu conhecimento em matéria de história de Portugal, este cita algumas personagens e acontecimentos que lhe estão associados. A certa altura proclama que o introdutor dos caminhos de ferro em Portugal havia sido D. João V. Tive de contrapor, em defesa da minha própria reputação, que havia sido D. Pedro V. Sem desarmar, ele voltou à carga, respondendo-me que fora o *Magnânimo*. Não concordei, mas a questão ficou por aí.

A taberna é um dos locais de produção da memória em meio rural. Esta circula através da interação constante entre os intervenientes que recordam os

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

acontecimentos, que tanto podem ser os de hoje, como os de há décadas, como ainda (mais raros) mesmo os de tempos que ninguém ali viveu. As versões ouvidas são corrigidas e questionadas por todos, o que confere à rememoração um carácter colectivo. Tomam parte nela membros dos grupos mais humildes da aldeia, com várias ocupações, ligados por relações de amizade, parentesco e/ou vizinhança, que constroem e reproduzem nestes momentos absolutamente informais do quotidiano parte da sua vivência colectiva.

A discussão em torno do estabelecimento dos caminhos de ferro é também rica em informações sobre as condições sociais de produção da memória e sobre os processos cognitivos que operam na mesma. A escola primária constituiu uma das bases principais de penetração da tradição letrada nas zonas rurais — a outra é a Igreja, mas o contacto directo com o escrito era raro, ou mesmo inexistente, na aprendizagem da religião, ao contrário do que sucede no mundo protestante, onde se encoraja a leitura da Bíblia. Ao fim de algum tempo, aquilo que fica do aprendizado escolar é o que se revela útil e que é, portanto, reactivado na vida dos que a frequentaram: alguma capacidade de leitura (em alguns), noções imprescindíveis de aritmética (mas nem em todos), um manejo mínimo da escrita (em muitos reduzida, ao fim de décadas, ao saber assinar o nome). Ficam também, sendo exibidos como prendas na auto-apresentação de quem se acha seu detentor, fragmentos da história nacional. Na sua modéstia — para quem vem de um mundo de especialistas — são o produto da mais importante tentativa de formação de uma «memória nacional» por parte do estado contemporâneo, em que a escola desempenha um papel essencial. Memória essencialmente abstracta, que não pode ser referida a um contexto ou a actores conhecidos. Foi aprendida de cor e não é alvo da conversa quotidiana. Não é exercitada e só o facto de servir para realçar a individualidade de um dos presentes — um velho pequeno proprietário e assalariado, que havia sido aluno «distinto» — a fez surgir. É algo inteiramente diferente das memórias locais. Sobrevive porque se interiorizou o sentido de que aquela é que é a *história*. Persiste através dos suportes mnemónicos que asseguraram o seu aprendizado: a lista cronológica dos reis de Portugal, com os respectivos cognomes, e os dados marcantes dos seus reinados, na óptica dos livros escolares. Por isso, este habitante local, em cuja memória os caminhos de ferro se associavam a um rei que era quinto, confundira D. João com D. Pedro — para ele nomes sem contexto, sem sociedade —, atribuindo ao *Magnânimo*, pois ainda recordava cognomes, tal feito.

2. MEMÓRIA, PASSADO, IDENTIDADE

A memória é uma dimensão essencial da vida humana. No seu âmbito incluem-se os gestos mais banais ou «práticas elementares» que asseguram a sobrevivência do indivíduo — práticas corporais, de alimentação ou de hi-

giene, hábitos profissionais ou modos de inter-relacionamento social — adquiridas nas primeiras etapas da vida. Estas «cadeias operatórias maquinais» constituirão o nível mais profundo da memória. As «cadeias operatórias periódicas ou excepcionais» estão envolvidas em operações que ultrapassam este, como a repetição das actividades agrícolas, a construção de edifícios, a caça ou a pesca, e que constituem tradições. Contrariamente à anterior, fundada em grande medida na imitação e na «experimentação», nesta a comunicação verbal fixada na memória — através de provérbios, preceitos e receitas, nas próprias sociedades sem escrita — intervém como suporte. O «comportamento operatório global» do homem assenta, por sua vez, na memória colectiva, em expansão, e que se virá a fixar no exterior do cérebro humano: na escrita ou em máquinas artificiais. O facto mais importante da evolução humana seria a «libertação do verbo» e a propriedade exclusiva do homem de colocar a sua memória no exterior de si mesmo, na sociedade¹.

As ideias do paleontólogo e historiador da pré-história Leroi-Gouhran, que se acabam de citar, reivindicam um papel crucial para a memória colectiva. Existe, aliás, uma grande consonância entre as operações do que Leroi-Gouhran chama a organização maquinal da memória e aquilo que Marcel Mauss inscreve no âmbito do *habitus* corporal — os usos do corpo moldados pela actividade específica de cada grupo social². Consonância ainda mais ampla no caso do *habitus* de Bourdieu, «um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, ao integrar as experiências do passado, funciona em todos os momentos como uma *matriz de percepções, apreciações e acções*», pelo seu carácter abrangente como explicação³. Embora Bourdieu não recorra propriamente ao conceito de memória social, localiza no *habitus* — elemento fundamental da organização e reprodução das sociedades — muitos dos processos que outros vêem como parte desta. O corpo e a linguagem, operadores fundamentais do mesmo, constituem depósitos de pensamentos: «[...] Todas as ordens sociais tiram partido de um modo sistemático da disposição do corpo e da linguagem para funcionarem como depósitos de pensamentos diferidos, que poderão ser desencadeados à distancia e ao retardador, pelo simples facto de colocar o corpo numa postura global adequada à evocação dos sentimentos e pensamentos que lhe estão associados [...]»⁴.

¹ Cf. André Leroi-Gouhran, *Le Geste et la parole*, tomo II, *La Mémoire et les rythmes*, Paris, Albin Michel, 1965, pp. 22-76.

² V. Mauss, «Les techniques du corps» (1936), in *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, 1973 (1950), pp. 363-386.

³ Cf. Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genebra, Droz, 1972, p. 178.

⁴ Id., *Le Sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, p. 116. Michael Young utilizou os conceitos de hábito (com afinidades com o *habitus* de Bourdieu) e memória — ambos meios de preservar o passado ao serviço do presente —, atribuindo-lhes fins diversos, mas complementares: o primeiro teria a ver com processos de continuidade, enquanto o segundo denotaria processos de mudança [cf. Michael Young, *The Metronomic Society — Natural Rhythms and Hidden Timetables*, Londres, Thames and Hudson, 1988 (em part. pp. 75-128)].

O aparecimento da memória como objecto específico de investigação nas ciências sociais deveu-se ao sociólogo Maurice Halbwachs, que, em duas obras — *Les Cadres sociaux de la mémoire* e *La Mémoire collective* —, definiu o seu carácter colectivo. Em seu entender, os indivíduos adquirem memórias diferenciadas em função dos agregados sociais a que pertencem: os grupos de parentesco, os grupos profissionais, as classes sociais, os grupos religiosos⁵. A própria recordação individual está embebida na memória colectiva. Nas palavras de Halbwachs: «Qualquer lembrança, por mais pessoal que seja, mesmo a de acontecimentos de que tenhamos sido as únicas testemunhas, mesmo a dos pensamentos e dos sentimentos que não chegamos a expressar, encontra-se relacionada com todo um conjunto de noções que muitos de nós possuem, com pessoas, lugares, datas, palavras e formas da linguagem, com raciocínios e ideias, quer dizer, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos ou de que fizemos parte. Quando evocamos uma lembrança, e quando lhe damos um carácter preciso através da sua localização, em suma, quando a completamos, diz-se por vezes que a ligamos ao que a rodeia: na realidade é porque outras lembranças relacionadas com ela subsistem à nossa volta, nos objectos, nos seres no seio dos quais vivemos, ou em nós mesmos: elementos de destaque no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados da existência corrente e modos familiares de ver [...]»⁶. Em poucas palavras, a memória — que é ao mesmo tempo *meio* e *mensagem* — é social, porque é adquirida em determinado contexto, desenvolve-se em interacção e através de práticas, experiências e códigos simbólicos partilhados, é estruturada pela linguagem e é parte do processo de reprodução social⁷.

Com Halbwachs, a memória passou a ser domínio de investigação nas ciências sociais. Assistiu-se em tempos recentes à proliferação de estudos que

⁵ Maurice Halbwachs: *Les Cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994 (1925), e *La Mémoire collective*, Paris, PUF, 1968 (1950 — póstuma). O posfácio da primeira destas obras e a introdução e o prefácio da segunda constituem uma boa apresentação da pesquisa de Halbwachs, situando-a no seu contexto intelectual.

⁶ *Les Cadres...*, cit., pp. 38-39.

⁷ Recorro aqui a formulações de Elizabeth Tonkin e James Fentress & Chris Wickham; v., da primeira, *Narrating Our Pasts — The Social Construction of Oral History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 112; dos segundos, *Social Memory*, Oxford, Basil Blackwell, 1994 (1992), p. 7. De notar que Halbwachs fala em memória *colectiva*, e não em memória social. Deixo de lado, por não se afigurar pertinente neste contexto, uma exploração mais aprofundada do seu pensamento, bem como da relação entre recordação colectiva e memória individual. V., a respeito das concepções de Halbwachs, além do já referido na nota 5, Gérard Namer, «La mémoire collective comme pratique de mémoire sociale», in Gabriel Gosselin (dir.), *Les Nouveaux enjeux de l'anthropologie — Autour de Georges Balandier*, Paris, L'Harmattan, 1993, pp. 111-114. As relações colectivo/individual são analisadas numa perspectiva crítica em relação a Halbwachs por Tonkin — *op. cit.*, 106-109 e 128-136, procurando desenvolver uma abordagem interactiva, que sublinha o papel do indivíduo — e por Fentress e Wickham — *op. cit.*, p. 7.

se prendem com a memória social na história, na sociologia, na antropologia, além do caso específico da literatura (estudos sobre a poesia épica e os contos populares, por exemplo). A família e as classes sociais, as profissões, os conflitos sociais e políticos, o estado-nação, são alguns de entre os múltiplos exemplos de objectos em que foi explorada. Fontes orais e escritas, genealogias ou rituais, monumentos ou paisagens, foram rastreados enquanto suportes constitutivos da memória oral. Como é evidente, este interesse científico pelo estudo da memória é ele próprio reflexo da conjuntura económica, política e cultural. Halbwachs viveu num tempo marcado pela expansão dos meios de memória — bibliotecas, arquivos —, de investimento na comemoração, de interesse pela memória na ficção (veja-se o caso de Proust) e do papel que lhe era conferido na psicanálise. Mais recentemente, os estudos sobre a memória oral das sociedades do chamado Terceiro Mundo, por exemplo, estão associados a um contexto de afirmação da sua identidade própria e da sua história, e o mesmo se passou com o interesse pela história oral ou pelo estudo da memória dos grupos dominados nas sociedades ocidentais. Nestas, a nostalgia do passado estará ligada aos processos de mudança e aos conflitos que as atravessam e levam progressivamente ao enfraquecimento e à transformação de determinadas realidades sociais: o mundo agrícola, a família, as relações entre os géneros e as gerações, o estado-nação, etc. De acordo com os que se têm debruçado sobre este tema, procurar-se-ia no passado a força de uma identidade inscrita no tempo e que possa mesmo, em muitos casos, representar uma imagem contraposta a um presente vivido como inseguro⁸.

A memória opera a ligação entre o presente e o passado, fonte de segurança pela própria continuidade subjacente⁹. Fornece um precedente aos nossos actos, sem que ele tenha de ser objectivado como tal, ou seja, sem

⁸ Escrevendo sobre o período de 1870-1914, Eric Hobsbawm falou da busca de identidade e da «invenção de tradição» — que levou à instituição formal de práticas que procuravam inculcar valor e normas através da repetição —, relacionando-as com o período de transformações sociais, económicas e políticas que então tiveram lugar. Resta saber se esse período foi de facto específico nesta procura de uma relação entre o presente e o passado, ou se teve a intensidade que o autor lhe atribui, precauções que se aplicam às considerações feitas sobre o contexto actual marcado pelo investimento no passado, em que se insere o interesse pelo estudo da memória [cf. Eric J. Hobsbawm, «Mass-producing traditions: Europe, 1870-1914», in Eric Hobsbawm e Terence Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 263-307]. Jacques Le Goff oferece uma perspectiva histórica dos estudos sobre a memória; v. a entrada «Memória» in *Enciclopédia Einaudi — Memória — História*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50. V. igualmente, sobre o contexto actual, Raphael Samuel, *Theatres of Memory*, Londres, Verso, 1994, e John R. Gillis (ed.), *Commemorations — The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 1994 (em particular a introdução, «Memory and identity: the history of a relationship»).

⁹ Cf. Fentress & Wickham, *op. cit.*, p. 24.

passar necessariamente pela reflexão. A «memória-hábito», a capacidade de reproduzir determinados desempenhos incorporados — falar, gerir o corpo, ler, escrever ... —, tem, como se disse sob outras designações, um papel essencial na vida das sociedades¹⁰. Essa memória tem na família um primeiro lugar de inculcação, sendo a família e a classe em que ela se situa as primeiras instâncias que conferem identidade a cada novo elemento. Outras virão a operar, como as que poderão derivar da pertença a grupos de pares, ou as que decorrem da trajectória de cada um, das suas ocupações e atitudes — políticas ou religiosas, por exemplo — e do lugar que vierem a ocupar, sem que esta primeira incorporação alguma vez venha a desaparecer inteiramente: «[...] Os gestos, as atitudes, a maneira de se comportar no quotidiano, constituem o elemento de ligação do indivíduo ao grupo social de origem, de que este nunca se consegue libertar inteiramente, quando é transplantado para uma classe ou uma etnia diferentes¹¹.»

É fácil perceber que estudar a memória em toda a sua amplitude — enquanto passado incorporado, reactivado, construído e comemorado das sociedades — é uma tarefa infinda. Neste ensaio iremos debruçar-nos sobre a memória dos habitantes de um determinado local: a freguesia rural da Beira Alta a que se reporta o relato inicial. No seu âmbito, trataremos essencialmente de algumas formas da memória social discursiva que respeitam às identidades familiares e de classe, tendo em conta o factor local na sua configuração. Iremos procurar ilustrar a indissociabilidade entre identidade e memória, na medida em que a primeira assenta num certo sentido de permanência do «semelhante» no tempo e no espaço, sustentado pela rememoração, enquanto, por sua vez, aquilo que se recorda depende da identidade que se assume¹². Deixam-se de lado aspectos fundamentais da memória diferenciada de homens e mulheres, da memória religiosa e da memória política. De fora fica necessariamente quase tudo o relativo à chamada «memória-hábito», as manifestações da literatura oral, provérbios, enfim, um acervo enorme dos saberes e práticas tradicionais de transmissão oral.

Cumprе também esclarecer que as recordações aqui evocadas transportam inevitavelmente a marca das identidades do investigador e daqueles com quem conviveu maioritariamente. Foram sobretudo — mas nunca exclusivamente — homens, devido às restrições genéricas ao convívio entre sexos

¹⁰ «Memória-hábito» é um conceito de Paul Connerton com grandes similitudes com o *habitus* de Bourdieu [cf. Paul Connerton, *How Societies Remember*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, pp. 22-23 (trad. port. de Edições Celta)].

¹¹ Cf. André Leroi-Gourhan, *op. cit.*, p. 30. O que Leroi-Gourhan afirma sobre este primeiro plano da «memória operatória» é condizente, por exemplo, com a valorização da «socialização primária» feita por Berger e Luckman [v. Peter L. Berger e Thomas Luckman (trad. port.), *A Construção Social da Realidade*, S. Paulo, Vozes, 1973 (1966), pp. 173-184].

¹² Esta formulação do laço entre identidade e memória é transcrita quase literalmente de John R. Gillis, *op. cit.*, p. 3.

diferentes fora da esfera da família, as quais não se aplicam apenas a quem veio de fora. A memória dos mais jovens é deixada aqui de lado, com a consciência de que é diversa da dos adultos, devido às circunstâncias distintas em que nasceram e têm vivido, ao modo como a escola e os meios de comunicação intervieram na sua socialização e em virtude da posição que ocupam localmente em função da própria idade.

As fontes de reconstituição das memórias locais são muito variadas. Como se verá, alguns dispõem de um amplo repositório de suportes e modos de objectivação da memória, enquanto outros estão praticamente reduzidos à rememoração oral. Esta última foi colhida em contextos diversos. Em recolhas formais, algumas das quais sob a forma de gravação. Não se «forçou» de um modo sistemático a recordação, recorrendo a um inquérito exaustivo sobre o passado, com excepção das perguntas sobre pais e avós, respectivas ocupações e origens, ou quando se pediu a alguns habitantes que contassem, livremente, a «história da sua vida». A informação foi obtida, em grande parte, seguindo o fluir das conversas quotidianas, o comentário espontâneo sobre o passado e o presente, que uma afirmação, um caminho, uma pessoa, um campo, uma casa ou mesmo uma árvore poderiam suscitar. Estas interações, aliás, não valeram apenas por serem a fonte de informações como a que se evocou ao princípio. Também elas testemunhas, pela sua repetição e regularidade, de uma memória das relações sociais — memória do que se diz e do que se faz em determinados contextos e do modo como tal pode ser feito — que elas contribuem para reproduzir¹³.

3. O ESPAÇO LOCAL

A freguesia, onde se situam Aldeia e Vila, abrange uma zona planáltica e outra de encosta na margem sul do rio Dão¹⁴. A actividade agrícola tem como objectivos principais, consoante a dimensão das explorações, a produção para o mercado e a produção destinada sobretudo ao auto-consumo. As grandes explorações — cinco, entre os 35 e os mais de 130 ha — têm vindo a especializar-se no vinho, na pomicultura ou na suinicultura. A policultura, destinada à produção para as necessidades da casa, é a prática dominante nas

¹³ O papel da «má-língua», tão presente neste contexto, na estruturação da memória é referido por Fentress & Wickham, *op. cit.*, p. 113.

¹⁴ Aldeia e Vila — com um pouco mais de 400 habitantes a primeira e quase 800 a segunda — são as designações que damos às duas povoações da freguesia, que estudámos no decurso do doutoramento. Além destas, que são as povoações principais, a freguesia comporta ainda um outro aglomerado com menos de 100 habitantes. Para informações mais detalhadas sobre o espaço social local, bem como para fontes documentais que justificam afirmações produzidas ao longo do texto, remetemos para a nossa dissertação *Produção e Reprodução da Sociedade-Família, Propriedade, Estrutura Social numa Freguesia Rural da Beira (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, ISCTE, 1993.

explorações mais pequenas — inferiores aos 2 ha. Vende-se algum excedente — batatas, principalmente — quando o há. Nas médias explorações encontramos duas situações distintas: alguma encontra-se praticamente ao abandono, ou arrendada, pois a família proprietária deixou de se interessar pela agricultura; uma ou outra, pelo contrário, produz para o mercado (particularmente vinho).

Cerca de um terço das famílias locais não são proprietárias de terra, arrendando-a para o cultivo familiar. Outros são pequeníssimos proprietários de blocos inferiores ao hectare. O tipo de estruturação social que prevalece, determinado pela relação com a posse da terra — um reduzidíssimo número de grandes e médios proprietários, uma faixa estreita de pequenos e o grande contingente dos semiproletários e proletários rurais —, é antigo, multissecular. Porém, nem só a propriedade fundiária — ou a sua ausência — explica o tecido social local. É necessário incluir neste o tipo de posições derivadas de ocupações fora do sector primário e o impacte da própria história das classes locais. Os grandes proprietários, entre os quais os sucessores de dois morgados, provêm, com uma excepção, de famílias que já há mais de século e meio — no mínimo — se notabilizavam pela posse da terra, ou de capital em dinheiro, ou ainda por algum saber letrado, controlando os diversos fios do poder local. Faziam-lhes companhia — mas em posição secundária — alguns antepassados (duas famílias) de médios proprietários da actualidade, que seguiram a via das profissões prestigiadas a que o diploma universitário dava acesso. Por muito tempo, a vida local e as relações com o exterior giraram em torno destes grupos — e dos seus representantes ou clientes. Tem havido ainda um pequeno segmento de proprietários, professores primários, algum padre ou licenciado, funcionários subalternos, comerciantes, que ocupou lugares secundários nos órgãos de poder local.

A maioria da população vivia na dependência directa dos maiores proprietários, como seus enfiteutas, arrendatários ou assalariados, necessitava dos seus favores e da sua benevolência. No século actual, as transformações do sector agrícola, de um modo geral, com a mecanização da agricultura, o declínio da importância do sector a nível global, a emigração, enfraqueceram substancial e progressivamente estas relações de subordinação. A maioria da população activa masculina trabalha hoje fora, em especial no sector das obras públicas e da construção civil, na região, por todo o país e mesmo no estrangeiro. Na agricultura ficaram as mulheres, um ou outro mais jovem que ainda não saiu, e os velhos. A pluriactividade é uma característica de uma grande parte dos grupos domésticos locais.

A emigração, se não levou a uma alteração substancial — pelo menos até agora — da estrutura social, pelo desafogo que trouxe a muitas famílias, pela adopção de novos estilos de vida, deu um grande impulso à mudança no relacionamento entre as várias classes locais. A escolarização estará igualmente a quebrar o monopólio dos primeiros grupos sobre os títulos mais

importantes do capital escolar — embora em Aldeia e Vila quase ninguém dos grupos mais humildes de proprietários e assalariados tivesse até 1990 entrado num estabelecimento de ensino superior. O ascendente dos grupos de velhos proprietários também recebeu um forte golpe com a implantação de um regime democrático, que levou aos órgãos da freguesia membros de grupos subordinados, com interesses próprios.

Esta descrição muito sumária da sociedade local e da sua história não nos interessa como um mero enquadramento das memórias locais, mas que permanecesse como algo externo às mesmas. Pelo contrário, o espaço social local é uma parte constitutiva das experiências e memórias. Memória da própria paisagem, produto da história local que constitui um referente desta carregado de sentidos, para os discursos evocadores de cada classe, para a sua identidade social e para as recordações dos indivíduos. Evocações diferentes e contrapostas, produto de interesses e formações bem diversas¹⁵. Como assinalou há mais de meio século Halbwachs: «[...] o lugar recebeu a marca do grupo, e este a do lugar [...] cada aspecto, cada detalhe deste lugar tem um sentido que apenas é inteligível para os membros desse grupo, porque todas as partes do espaço que ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida da sua sociedade, pelo menos no que se refere aos elementos mais estáveis da mesma¹⁶».

4. AS MEMÓRIAS DAS FAMÍLIAS

As famílias mais humildes — jornaleiros sem terra, proprietários que também eram assalariados, trabalhadores das obras públicas e da construção civil... — têm uma memória limitada dos seus ascendentes. Alcançam até duas gerações atrás, aos avós, e em alguns casos excepcionais recordam-se dos bisavós¹⁷. Mas são recordações fragmentadas. Sabem alguns nomes, mas não todos. Mais nítidas são as lembranças das ocupações: eram da «enxada» ou «tinham ovelhas». O conhecimento dos colaterais limita-se aos graus de parentesco mais próximos.

É uma recordação estruturada fundamentalmente no eixo da filiação e que se constrói no convívio entre os mais próximos, em primeiro lugar com aqueles com que houve laços de coabitação. O conhecimento directo é a fonte de recordações mais pormenorizadas. O velho que agora fala dos seus

¹⁵ Halbwachs refere — *La Mémoire collective*, cit., p. 166 — que há tantas maneiras de representar o espaço quantos os grupos sociais.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 133.

¹⁷ Vários autores têm constatado este limite em profundidade da memória oral familiar sempre que não há genealogias (v., por exemplo, Françoise Zonabend, *La Mémoire longue*, Paris, Flammarion, 1980, p. 228).

avós com pormenor, lembrando o seu feitio, os seus actos, é precisamente aquele que foi criado por eles e seu herdeiro — havia ficado órfão de pai e mãe ainda na infância. Os outros, aqueles que ficaram limitados ao contacto com os pais, pouco sabem dos pais destes. A memória familiar mais detalhada é a que diz respeito aos progenitores. Se há um fundo de sofrimento, produto da condição humilde, que se recorda constantemente, determinados acontecimentos dramáticos — como a falência de um avô, que arrastou a decadência dos descendentes — sobressaem. Mas este concretamente era um caso absolutamente singular e dramático de mobilidade descendente de uma família, que teve ascendentes numa posição bastante mais elevada no espaço local, no século passado. Acontecimentos salientes na evocação dos familiares são aqueles que se referem à transferência da propriedade, indissociável da carga emotiva das relações. Recordam-se com amizade os avós que deixaram casa e terra. Recordam-se com hostilidade uma mãe que teria deserdado um filho por este defender uma nora de que ela não gostaria. A memória da família é a memória dos conflitos que a atravessam. Lembram-se sogros por se oporem a uniões matrimoniais ou, pelo contrário, por as terem favorecido. No domínio do excepcional que se evoca encontra-se o caso dos parentes distantes que se lembram por ocuparem uma posição elevada, a cujo prestígio os familiares procuram associar-se.

As narrativas autobiográficas são curtas. Ao pedir-se a alguém a «história da sua vida», as respostas tendiam a centrar-se em passagens cruciais da mesma — a infância, o casamento, a família, o trabalho e a emigração, quando esta teve lugar. Exaltam os elementos valorizados do seu *ethos* social. Encontrar mulher, constituir família e, nos casos em que tal foi possível, adquirir casa e terra: um objectivo crucial e valorizado dos que as não herdaram. É nítido que na auto-representação que constituem as «histórias de vida» — e por maioria de razão aquelas em que é dada toda a liberdade de opção a quem as narra — relembram uma vida que parece ter sido norteadas pelos valores ideais locais¹⁸. Acontecimentos excepcionais, ou que pelo menos saem do quadro da sua vida local, pontuam a narração, como a ida para Lisboa, como lavador de automóveis, de um humilde jornaleiro, a migração sazonal para o Alentejo ou para a Estremadura. Uma narração em que aparecem como pano de fundo os tempos difíceis do «antigamente».

A memória destes grupos é estritamente oral. São escassos os objectos que possam servir como suportes da memória verbal. As casas ou a propriedade, quando estas foram adquiridas por sucessão, ainda servem para evocar as relações familiares que a produziram. Mas são casos extremamente raros.

¹⁸ Sobre os elementos de auto-representação nas «histórias de vida», v. Pierre Bourdieu «L'Illusion biographique», in *Actes de la recherche en sciences sociales*, n.ºs 62/63, Junho de 1986, pp. 69-73.

Não há geralmente documentos escritos que sirvam de apoio à memória oral. Poucos os objectos ou ouro que se herdou. Não há retratos que permitam reavivar com nitidez a imagem física dos desaparecidos — os que há são das últimas décadas, referindo-se a casamentos ou baptizados¹⁹. Por isso, dada a escassez ou inexistência de suportes mnésicos, não é de estranhar que as memórias deles sejam restringidas em termos de projecção retrospectiva. Ao esquecimento involuntário há que juntar aquilo que se deseja ocultar: em alguns casos, as pessoas não referem o nome dos pais, pois são filhos «ilegítimos».

Por outro lado, como a memória é comandada pelo presente, o que se retém é sobretudo o que se revela pertinente na actualidade²⁰. É ainda na sua condição social que devemos procurar as razões da ausência de investimento feito na perpetuação da lembrança familiar. Avós, bisavós e mesmo pais apenas recordam um sofrimento anónimo que se prolonga, aliás, nos descendentes. Se se interrogarem as pessoas detalhadamente sobre o seu passado, ouvem-se, por certo, descrições minuciosas dos tempos de outrora, mas que até certo ponto constituem quase uma única memória: a das dificuldades extremas por que se passou, com os pais vergados à labuta incessante dos campos ou de algum ofício. É uma memória dolorosa. Uma noite um pequeno comerciante fala do seu pai, pintor de construção civil²¹. Evoca-o em cuecas, coberto de suor, a tirar água manualmente de um poço, água que serve para a mulher e os filhos irem regando as suas pequenas fazendas arrendadas. Essa memória, tão importante de um ponto de vista pessoal, não se insere, contudo, numa representação da vida familiar no tempo. É parte da infância de quem a relata, não parte de uma auto-apresentação em que quem fala se insere numa linha que vem do passado ao presente.

No cemitério, construído em finais do século passado, apenas ficam umas singelas cruzes de madeira, às vezes com um nome, mas dos desaparecidos mais recentes. São lugares de evocação, comemorada ritualmente todos os anos a 2 de Novembro (dia dos fieis defuntos), cuidados pelas mulheres, que

¹⁹ Sobre a importância dos objectos como dispositivos mnemónicos e, em geral, dos suportes físicos da recordação, v. M. Halbwachs, *op. cit.*, pp. 130-137; Edward Shils, *Tradition*, Londres, Faber and Faber, 1961, pp. 63-161; John R Gillis, *op. cit.*, p. 17; Jan Vansina, *Oral Tradition as History*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1985, pp. 44-45; Elizabeth Tonkin, *op. cit.*, pp 94-96. Frances Yates — *L'Art de la mémoire*, Paris, Gallimard, 1975 (1966) — mostrou a existência de importantes sistemas de memorização ligados à visualização.

²⁰ Sobre o modo como o presente determina as percepções do passado, v. Fentress & Wickham, *op. cit.*, p. 126, e Elizabeth Tonkin, *op. cit.* (1992), p. 11.

²¹ Como é óbvio, dada a mobilidade local — em especial a produzida pela emigração —, não há uma correspondência estrita, em particular nestes grupos, entre a condição social de quem recorda e os recordados. Por isso, incluem-se neste grupo reminiscências de quem dele procede directamente há pouco tempo e que não parece ter, em termos genéricos, uma memória familiar substancialmente diversa dos outros.

os limpam e enfeitam com flores. Sempre que há um funeral, os assistentes dispersam-se pelas sepulturas dos familiares, para orarem por eles. Mas alguns já só intuem onde os seus estarão enterrados. Não tiveram meios para, ao adquirirem uma sepultura perpétua, adquirirem também um suporte físico da recordação²².

À medida que se sobe na escala da propriedade — é necessário ter em conta que as biografias locais incluem muitas vezes um começo da idade adulta sem casa e terra e uma maturidade ou velhice em que as mesmas foram adquiridas —, e principalmente quando encontramos famílias que se encontram nesta posição há mais de uma geração, esta situação sofre modificações. Não que haja qualquer descontinuidade brusca — os meios continuam a ser essencialmente orais —, mas há novos matizes na memória familiar.

Havia quatro casas em Aldeia que pertenciam a membros com ascendentes comuns. Eram casas razoavelmente antigas, destacando-se claramente das dos jornaleiros e mais pequenos proprietários. Com efeito, os pais tinham exercido cargos no poder local — Junta de Freguesia — e haviam sido pequenos comerciantes, e os filhos continuaram a exercer actividades fora da agricultura (como taberneiro, taxista, encarregado da construção civil), que mantiveram, e num dos casos chegaram à vereação da Câmara. Havia alguma memória da sua ascendência, mas não tinha maior profundidade retrospectiva do que no caso dos grupos anteriores. Mas as terras onde possuíam as suas casas exprimiam a continuidade no tempo que os ligava aos ascendentes imediatos. Sabia-se que aquilo ali eram antigamente terras dos «Carvalhos».

Em Vila havia pelo menos um grupo de famílias que procuravam manter uma memória familiar comum pela comemoração. Promoviam almoços entre os portadores do mesmo apelido que se sabia terem vínculos de parentesco entre si e os seus afins, e alguns dos seus membros locais mantinham uma solidariedade que se manifestava no plano político. Mas este caso, que se distingue das comemorações habituais ligadas a casamentos, baptizados, aniversários ou dos funerais — também eles momentos de reactivação da memória — por ter como objecto explícito a reunião da família, foi o único deste teor de que tive conhecimento. Aliás, um indivíduo ligado aos mesmos pelo casamento e que herdava um nome de origem francesa referia que se dizia na sua família que o mesmo seria proveniente de uma dama da corte de D. Maria I, que teria vindo para Portugal, acabando por casar em Vila. Embora houvesse aqui alguma prosápia, não se trata propriamente de uma evocação genealógica. Há uma reivindicação de uma origem prestigiante e distintiva, em con-

²² Lápides e sepulturas são, há milhares de anos, modos de perpetuação da memória. Começaram, evidentemente, pelos poderosos ou por outros que se considerava deverem ser singularizados, como os santos no cristianismo (cf. Jacques Le Goff, *op. cit.*, pp. 16 e segs.).

sonância com a posição e as aspirações da família — quem invocava tal antepassado, real ou imaginário, era um pequeno proprietário, funcionário público, que veio a ser presidente da Junta de Freguesia. Mas não havia uma recordação concreta dos vários portadores do apelido referidos em documentação do século passado, sempre em posições intermédias na sociedade local, não se evocando propriamente uma linha de continuidade familiar.

Às posições intermédias que ocupam na sociedade dos vivos corresponde também o lugar no cemitério. Os membros deste grupo têm campas perpétuas. Para quem vem de «baixo», aliás, a aquisição de lugares perduráveis no cemitério é um correlato da melhoria da situação social. Casa, terra e campas perpétuas formam um todo que distingue os seus possuidores do conjunto amplo dos não proprietários e que inscreve a sua presença no espaço local. As sepulturas são um espelho fiel da trajectória no tempo das famílias locais. Um jazigo do século passado testemunha a reivindicação de um lugar eminente num cemitério, então recente, por parte de um ascendente de famílias neste grupo. Um outro — são os únicos que não são de grandes proprietários — foi construído em finais da década de 80. Celebra o êxito da família — não se esqueça que os jazigos são sepulturas familiares, enquanto as campas são individuais ou unem lado a lado os cônjuges — de um comerciante local que se tornou médio proprietário e cujas filhas foram ocupar lugares na classe média profissional fora daqui.

O mundo dos grandes proprietários é completamente distinto. Desde logo, porque a memória familiar — as recordações reais ou imaginárias de antecessores — é parte fulcral da afirmação da sua proeminência social a nível local e na esfera das suas relações sociais mais amplas, que transcendem em muito as fronteiras da localidade. Depois, porque esta se apresenta objectivada em múltiplos suportes mnemónicos e, além da oralidade, passa pela escrita. Tem maior profundidade em termos retrospectivos e é reforçada pela documentação existente nos arquivos oficiais ou na sua posse. A abundância de referentes da memória vai de par com o investimento que colocam na preservação da sua presença e da própria recordação familiar²³.

Os grandes proprietários não constituem um grupo homogéneo — não só em termos de dimensão da propriedade, mas sobretudo em termos das gerações que levam nessa posição e da sua proveniência e trajectória social, ambas reconstruídas na sua memória. Iremos dar atenção, entretanto, a alguns traços comuns.

Estas famílias distinguem-se também do grosso da população local por constituírem *casas*. Esta designação associa a ideia de grupo familiar à de propriedade. *Casa* é a exploração agrícola que pertence a uma determinada família, mas que não assenta na força de trabalho desta, antes em assalariados

²³ Como observa Shils, as famílias variam no modo como se relacionam com o passado e no volume do que recebem dele (cf. Edward Shils, *op.cit.*, p. 171).

e/ou rendeiros. Embora haja algumas casas de médios proprietários, estas encontravam-se em declínio, não tendo uma actividade económica significativa.

Esta união entre família e propriedade tem vindo a ser mantida ao longo dos últimos séculos. Duas das famílias de grandes proprietários viram passar as casas de geração em geração praticamente até aos nossos dias, pelo menos desde os começos do século passado (uma foi herdada em finais dos anos 70 por um indivíduo que não tinha qualquer ligação familiar com os seus possuidores). A mais recente surgiu no último quartel do século XIX. A propriedade de dois morgadios locais sobreviveu às modificações provocadas pela extinção destes através de uma combinação de estratégias sucessórias e matrimoniais (e porventura com recurso ao controle da natalidade) que garantiu uma longa persistência. Procedimentos estratégicos idênticos ou similares encontram-se nas famílias não nobres que já no século passado representavam a burguesia agrária local. Em suma, através do celibato de uns — em particular das mulheres —, da produção de poucos herdeiros (os filhos ilegítimos não foram reconhecidos), da compensação dos efeitos da partilha por meio de aquisições de propriedade ou de casamentos que trouxessem propriedade ou capitais que pudessem equivaler-lhe (dinheiro, acções, títulos universitários), recorrendo ao benefício de um herdeiro, procurou manter-se uma proeminência local assente na propriedade. Embora alguns ramos tenham desaparecido, quase todas as famílias de grandes proprietários oitocentistas — a excepção é a casa que passou a estranhos na década de 70 por não haver descendentes — têm ainda representantes locais. A venda da propriedade foi acompanhada, no caso de outros, pela da residência e pelo abandono de qualquer ligação à localidade.

A casa e a terra são um símbolo da família e uma parte fundamental da sua memória e da sua identidade. Demarcam-na no território da freguesia²⁴. São os depósitos da sua recordação, as fontes da sua posição social. Encontramos neste grupo uma relação indissociável entre memória e propriedade, que não é um exclusivo seu, embora neste caso se revista de características específicas. Em todas as famílias com propriedade, a memória dos direitos de cada um é reactivada necessariamente nos momentos de sucessão nos bens — e outrora, como se vê pelo formulário de contratos, em alguns casamentos. Assim, a propriedade lembra a família e a posição de cada um nela — primogénito, herdeiro favorecido, filha que ficou a tratar dos pais e herda a casa... — os favores e os desfavores.

As famílias dos grandes proprietários procuraram sempre evitar a divisão das moradias por vários sucessores. Procuraram também, quando havia partilha de terras, que a parte circundante das habitações ficasse com aquele que as herdava (por norma o primogénito masculino). Em resumo, tentava-se

²⁴ V., a este respeito, as considerações de Halbwachs (*Les Cadres ...*, cit., pp. 225-226). Sobre a importância simbólica da paisagem na construção de identidades vale a pena consultar Simon Schama, *Landscape & Memory*, Londres, Harper Collins, 1995.

preservar uma posição de proprietário, de que era requisito fundamental uma casa que pela sua dimensão e arquitectura se destacasse das restantes, símbolo de um estilo de vida que monopolizavam. Construía-se — ou adquiriam-se — casas que perdurassem, e a sua existência passava a ser parte da recordação.

Uma proprietária — neste caso da sede do concelho — dizia que a herança da sua vasta casa, que só habitava em férias, lhe lembrava a história dos elefantes brancos que os príncipes indianos ofereciam aos seus súbditos ricos para os arruinares, pois estes não podiam desfazer-se deles e a sua manutenção era muito cara. Esta história foi contada no decurso de uma festa de passagem do ano, pretexto para um grande número de familiares e amigos se reunir aí e, ao fazê-lo, manter o seu relacionamento, reactualizando as suas memórias. Se a sua preservação é dispendiosa, a casa possibilita uma condição social proeminente e é um capital simbólico precioso — ambos convertíveis em capital económico. A observação dos trajectos de abandono da freguesia por alguns ramos das famílias de grandes proprietários mostra que as residências encontram-se entre os últimos bens de que se desfizeram. Sem casa, acabou a sua presença aí, embora não tenha sucedido o mesmo à sua memória — pelo menos à dos que desapareceram neste século. As casas continuam a ser as testemunhas mudas da sua existência, evocada por outros.

Tanto a propriedade como fundamentalmente as casas e o seu recheio constituem suportes da memória destes grupos domésticos. Um velho proprietário de Vila sabia que em determinada zona sobreviviam árvores de fruto plantadas por seu avô — que havia sido um proprietário inovador no seu tempo —, pois essas terras eram a legítima da sua mãe, herdada em começos do século. E conhecia a história e localização das propriedades que eram dos colaterais.

As casas são o repositório da memória familiar, a começar pelo próprio edifício. Podem evocar pela sua simples materialidade silenciosa, mas também ser o ponto de partida da narração. Assim, um brasão pode ser pretexto para falar de um antepassado nobre — um bisavô —, umas arrecadações arruinadas, parte de um antigo palácio dos senhores donatários, adquiridas por um avô, o motivo para falar deste e evocar recordações de descendentes dos primeiros. A quinta senhorial recorda a figura de outro bisavô, um importante comerciante rendeiro da mesma, que se recusou a comprá-la aos antigos proprietários aristocratas por achar o preço excessivamente alto.

O recheio da casa é todo ele um dispositivo mnemónico. Há quem mantenha arquivos, com testamentos, escrituras várias, livros de contabilidade, correspondência particular. Dispõem de retratos a óleo e de fotografias. Os retratos podem ser o detonador do comentário sobre os retratados, que evoca de modo automático as relações sociais mantidas. Mesmo sem qualquer referência explícita do seu proprietário na actualidade, o salão de baile hoje vazio lembra a sociabilidade de outrora, quando os notáveis rurais viviam nas terras

onde tinham propriedade. Um retrato de uma menina com um papagaio na parede evoca a estada de um famoso político republicano — José Relvas, no caso — que um dia passou por ali e nela reconheceu uma avó. E aí surge a tradição republicana da família. Os móveis antigos e as colecções — de armas, de pintura —, as carruagens antigas, falam de quem os reuniu e da sociedade desse tempo e do modo de vida desta classe no passado e no presente que o evoca.

A memória familiar é indissociável, pelo menos em alguns destes casos, das publicações escritas que falam dos mesmos: a monografia local e algumas publicações de âmbito nacional. Como «notáveis» — dirigentes económicos, políticos e de associações locais —, preenchem a rubrica dedicada aos mesmos na monografia. Quando a «notabilidade» ultrapassa as fronteiras concelhias, vêem-se consagrados em publicações de carácter nacional, como, no caso desta freguesia em Oitocentos, o *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal.

Há, aliás, sintonia entre os traços valorizados nas publicações escritas e as imagens valorizadas pela representação familiar. Nos textos referidos, a importância conferida a uma condição aristocrática associa-se à ênfase colocada em traços denotadores de singularidade individual: a acção política ou a qualidade de proprietário, por exemplo. Se o ser-se aristocrata é algo não individual e que convoca desde logo a identidade familiar — pois transmite-se pelo «sangue» —, as qualidades pessoais de antepassados passam a ser posse da família, incorporam-se na sua auto-representação. A monografia exalta os detentores do poder político ou económico, reflectindo assim uma percepção dominante do mundo social, centrada na importância da sua acção individual. Não admira, por isso, que as famílias dos «notáveis» ofereçam uma visão de si próprias mais pormenorizada, porque consagrada socialmente, enquanto os subordinados não só estão desprovidos de *meios* da memória tão amplos e variados, como são relegados ao anonimato pelas estruturas de significação que prevalecem na sua sociedade, nas quais se inclui uma ideia de história, veiculada nomeadamente pela escola, em que não são agentes. Quando eram interrogados sobre a história local, evocavam constantemente os mais poderosos²⁵.

Na representação das famílias de grandes proprietários, as origens humildes podem mesmo desempenhar um papel equivalente ao das origens mais nobilitantes, chegando até a conjugar-se na exaltação do mesmo grupo fami-

²⁵ Esta ausência de ênfase por parte dos meios populares na representação familiar não deve confundir-se com ausência de conhecimento sobre o passado ou com a insignificância deste nas suas vidas, como veremos mais adiante, antes com a hegemonia de uma representação do mundo social elaborada em torno do papel dos possidentes. Por isso, enquanto para as famílias dos notáveis parecia algo natural falar-se do (seu) passado, nas classes populares perpassava por vezes a estranheza quando se apercebiam da existência de curiosidade pelo mesmo (v., a respeito de toda esta problemática, as considerações de Fentress & Wickham, *op cit.*, em particular p. 125).

liar. Mas pode também assistir-se ao confronto subtil entre classificações sociais.

Um membro da casa dos maiores proprietários sublinhava a sua posição pessoal e a da sua família de origem em relação à família onde havia entrado por casamento. Embora esta tenha antiguidade nessa posição e pertença à esfera mundana da alta sociedade portuguesa desde a segunda metade do século passado, momento em que o seu principal representante foi feito titular, anteriormente não passavam de morgados rurais. Ao invés, ele podia invocar como antepassados várias famílias da grande aristocracia do Antigo Regime. Como se vê, as memórias evocam as hierarquias sociais do passado e são um elemento fundamental nas estratégias de distinção no presente.

Outro proprietário, embora valorizando a condição nobre de um bisavô, detinha-se sobretudo na sua acção política. De outro avô recordava perfeitamente a sua origem humilde — era filho de estaqueiro e sobrinho de padre e de prestamista —, explicando que a sua acção o havia conduzido em finais do século passado ao topo da sociedade regional, como fundador de quatro casas agrícolas diferentes. Não se fazia referência na narração às sólidas bases de partida do mesmo (além da herança, o título de bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra em começos da segunda metade do século passado).

As mesmas origens humildes eram assinaladas na narrativa familiar de outro grande proprietário. Aqui a principal personagem não era tanto o avô que havia construído a casa e adquirido a propriedade, mas um seu irmão mais velho. Filhos de um sapateiro de Aldeia, haviam emigrado para o Brasil, donde regressam no último quartel do século XIX. Aí o primogénito teria feito fortuna, ao casar com uma mulher mais velha, proprietária de um hotel, que terá herdado. Com essa base e com os lucros do comércio de vinhos, em que teve papel de destaque, adquiriu um vasto património que incluía grandes propriedades fora da freguesia, onde não havia terras disponíveis no mercado à medida das suas ambições. O irmão, apresentado como seu guarda-livros, veio a construir uma moradia em Aldeia e a adquirir propriedade aqui. A importância da propriedade na configuração da identidade familiar e da sua memória manifesta-se aqui com toda a clareza. Não só a figura principal da narrativa é o tio-avô, a quem se atribui o papel principal na aquisição da fortuna, como este tem um lugar destacado no escritório desta casa: o seu medalhão em bronze sobrepõe-se nas suas paredes à mera fotografia do irmão. O antecessor directo ocupa um lugar subordinado na memória, o mesmo que já fora o seu em vida.

Nestas memórias reconstitui-se uma visão *legítima* do passado da família. O presente é selectivo. Lembra-se o antepassado como comerciante, mas nunca sob as vestes da agiotagem, por exemplo. Mas há imagens diferentes, e por vezes claramente opostas, que outros retiveram desses antecessores,

não sendo de esquecer que os conflitos locais, entre classes e entre famílias, marcam essas recordações. Assim, um avô de uma média proprietária, que esta apresenta como sendo generoso para com os pobres, é retratado a cores negras por um habitante local, que se reivindica de uma herança ideológica claramente contraposta às atitudes dele. Republicano e descrente — reclamou explicitamente em testamento ser enterrado civilmente —, esse avô nunca casou. Haveria algo de mais chocante para um católico, que venerava Salazar? O mesmo contrapunha à auto-representação de outras famílias a exibição das suas máculas passadas. O seu comportamento sexual, por exemplo, era criticamente evocado. Nessa recordação, que remontava há mais de meio século, conjugavam-se vários factores: a oposição política, o ressentimento social e familiar. Assim, numa família de grandes proprietários, onde havia tradição republicana, detectava-se um avô que seria mulato, sugeria-se que o bisavô não teria sido cumpridor como provedor da Misericórdia. Recordava-se que a mãe de uma idosa proprietária teria sido «espia» dos republicanos. Não se poupava um velho membro da família dos maiores proprietários, de costumes «libertinos». Em relação a outra família, esta hostilidade social — quem falava pertence ao sector «intermédio» local — concretizava-se na evocação de conflitos em torno da propriedade. Os seus antepassados, únicos parentes consanguíneos das proprietárias de um solar, segundo esta versão, teriam sido desapossados da herança do mesmo em benefício dessa família.

Um descendente de uma família de grandes proprietários locais ofereceu, contudo, uma descrição dos seus antecedentes familiares que contrasta com as representações habituais. Aí surge-nos um conjunto de personagens movidas pela ambição, preocupadas em adquirir heranças por via matrimonial, ou tentando impedir que as mesmas se dispersassem por esse meio, trabalhando sempre afanosamente pela promoção social. Contudo, não deixa de ser interessante notar que esse autor, que rompia com uma memória familiar *canónica*, também havia rompido, em grande parte, com o espaço local. O seu ramo familiar desfizera-se da propriedade, conservando apenas uma residência numa freguesia próxima. Pela sua própria formação e ideologia — de esquerda —, procurava objectivar no seu escrito uma certa visão *dessacralizada* da família. Esta, afinal, seria feita do mesmo barro dos outros mortais, comungando das suas paixões e interesses. A sua narrativa passou a ser entretanto a referência fundamental, autorizada, mais a mais acompanhada de documentação proveniente de arquivos familiares, da sua memória familiar. De tal modo que um parente seu, que fornecia uma imagem do passado familiar comum distinta, marcada pela veneração e pela ausência de referências aos «interesses materiais» sublinhados nas «memórias», não deixava de remeter, para uma informação mais aprofundada, para essa obra.

genealógica do ramo materno, que me havia sido facultada pelo parente, e com todas as outras memórias familiares deste grupo. A ideia da importância da família, algo com *história* — seja ela qual for —, uma entidade existente no tempo, ao fio das gerações.

As sepulturas deste grupo são parte fundamental do seu trabalho de representação. Três dos maiores proprietários dispõem de jazigos de família. A família do mais importante, por sua vez, destaca-se com dois imponentes mausoléus de granito de dois titulares consecutivos, com o seu brasão esculpido. Uma terceira adquiriu uma larga área do cemitério para um certo número de sepulturas cobertas por tampas de granito, todas iguais. O actual proprietário já lá tem reservada a sua. Como as casas e a terra que se têm procurado preservar face às forças da mudança histórica e da fissão familiar, as sepulturas velam pela continuidade de uma memória. Esta continua a ser um meio através do qual estas famílias mantêm uma presença distintiva face à exibição de outros capitais: o das classes com maior poder económico, o do prestígio profissional, o dos recursos proporcionados pelo controle do poder político.

É mais escassa a informação sobre a memória do sector «antigo» dos médios proprietários, pois só um número reduzido dos mesmos habita permanentemente estas localidades. A antiguidade nessa posição e a dimensão da propriedade são traços que os unem, pois a biografia distinta dos que formam parte dos mesmos tende a diferenciá-los profundamente. Assim, o exercício de profissões altamente prestigiadas — a medicina e, sobretudo, uma posição de relevo no ensino da mesma — leva a que alguns deles tenham um lugar eminente local no mesmo meio dos grandes proprietários, com os quais convivem. Pelo contrário, a docência do ensino primário exercida por um casal — dos mais abastados dos médios em termos de propriedade e com parentes prestigiados — tendia a aproximá-los dos situados mais abaixo na escala de prestígio. De facto, não eram considerados como membros da elite local.

Hoje em dia todos eles mantêm, como se disse, uma relação marginal com a actividade agrícola. Alguns têm vendido terra, reduzem a exploração por conta própria a uma expressão ínfima, por vezes não cultivam, arrendam as propriedades. A agricultura deixou de ser a actividade exclusiva deste sector há muito tempo. Com efeito, alguns ascendentes já se dirigiam para a universidade em finais do século passado. A terra, a posição local, foram o trampolim para uma reprodução — que passou pelo capital escolar, via de acesso às carreiras profissionais, onde alguns se destacaram. A propriedade foi um recurso, e não o «foco» dos destinos sociais destas famílias.

Não há referências na documentação relativa a este sector desde o século passado a estratégias destinadas a evitar deliberadamente a divisão do património pertença de uma casa numa dada geração. Os «favorecimentos» foram os que levavam a que o investimento em termos de aquisição de títulos

académicos fosse exclusivamente concretizado nos seus membros do sexo masculino até às últimas décadas.

Quanto às famílias que chegaram mais recentemente ao grupo dos «médios» — uma na última meia dúzia de anos —, a sua memória familiar não parece muito distinta da dos pequenos proprietários, não remontando a mais de duas gerações.

4. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL

As formas da memória local são diversas. A situação social gerou formas distintas de evocação ligadas a contactos diversos com os modos de comunicação. Nos meios populares, chamemos-lhe assim, prevalece a oralidade, nos mais humildes exclusivamente esta. Nos mais abastados, a transmissão oral socorre-se da escrita e da autoridade que a mesma confere²⁶.

A memória das classes populares investe o território da freguesia, e nas suas narrativas o mito tem lugar. A começar pela história contada das origens da povoação. A partir da sua etimologia construiu-se uma história fantasiosa, que diz que as povoações teriam sido fundadas por um rei, que numa teria morado, noutra se teria assentado e na terceira teria construído o seu casal²⁷. A paisagem, as construções, são os suportes mnésicos das lendas locais de circulação oral. Uma torre numa dada propriedade teria sido outrora um lugar de enforcamentos. Por baixo da mais antiga das quintas haveria um túnel secreto que faria a ligação com a Igreja da Misericórdia. Numa outra quinta teria aparecido a dama de pé-de-cabra. Junto à ribeira estarão as ruínas de um mosteiro. A velha ponte será do tempo dos Romanos, que permanecem na imaginação popular como construtores sem rival.

Nesta memória, as narrativas apresentam-se como um fundo comum com variantes — não se trata de uma memória verbatim, de algo que se transmite palavra por palavra depois de ter sido decorado. Circulam no anonimato, sem autoria²⁸. A oposição entre passado e presente — melhor, entre «antigamente» e «hoje», para referir palavras que utilizam — constitui um eixo temporal

²⁶ A ligação entre escrita e poder — do Estado, da religião, do saber —, aqui explícita no caso das «classes possidentes», tem sido destacada em vários trabalhos de Jack Goody, por exemplo. (v., nomeadamente, *La Logique de l'écriture — aux origines des sociétés humaines*, Paris, Armand Colin, 1986).

²⁷ Não se referem os seus nomes, por se ter decidido manter o anonimato de contextos e personagens, como é usual em trabalhos deste teor, por razões que não vale a pena enunciar aqui.

²⁸ Estes traços de anonimato na memória oral, a raridade de situações com que a maioria dos habitantes se confrontam que exijam uma memória verbatim e, de um modo geral, o que designam como carácter de «reconstrução generativa» da memória — a recollecção e a reconstrução do memorizado no âmbito de um dado esquema, implicando a invenção (sem muitas vezes haver consciência desta) — são elementos focados por Jack Goody em *The Interface between the Written and the Oral*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 167-190.

fundamental. Estes conceitos temporais relacionam-se com a sua experiência, pois articulam-se com o tempo da própria vida — «antigamente» pretende ser (em parte) o tempo da sua juventude, «hoje» o da idade madura ou da velhice (são, como é óbvio, categorias do discurso dos adultos). Não são, por certo, categorias de organização do tempo específicas destas classes. Todos as empregam, bem como outras que se reportam às diferentes etapas da vida: à «meninice», à juventude, à idade do casamento, à velhice. A temporalidade abstracta da cronologia, com as suas regularidades, está de um modo geral ausente. Não houve escola, meios de comunicação social, nem necessidades da vida prática — centrada outrora no trabalho agrícola, variável consoante as estações — que levassem ao seu uso. O tempo tem sido uma *duração inerente* à sua vida e às suas actividades. Além destas categorizações do tempo, usam-se outras, como os fenómenos naturais regulares — os dias, com as suas partes, as luas, com as suas fases, as estações do ano. Ou o calendário religioso, ligado às actividades agrícolas, estruturado pela comemoração dos santos, pelo ciclo da vida de Cristo, por acontecimentos associados à figura de Maria. Factos excepcionais, como o grande ciclone dos anos 40, distinguem-se do todo difuso do antigamente. Eventos recorrentes — como a prestação do serviço militar, por que passava a prática totalidade da população masculina nos anos 60 e 70 — também servem para marcar o tempo²⁹.

«Antigamente» e «hoje» ou «agora» são categorias dicotómicas e interdependentes, que denotam experiências diferentes³⁰. Antigamente os tempos eram de escassez, de fome. Tratando-se, embora, de tempos sem cronologia definida, sendo provavelmente tal situação, para os mais pobres, parte de uma experiência realmente imemorial, esse «tempo da fome» foca em particular uma dada conjuntura: a do racionamento imposto aquando da Segunda Guerra Mundial³¹.

²⁹ Estes aspectos da notação do tempo são contemplados na tipologia elaborada por Vansina, *op cit.*, pp. 174-175. Pretende-se aqui assinalar que, não obstante a presença estruturante dos horários no trabalho assalariado, na escola primária, ou o uso do relógio e do calendário, ainda não predomina, pelo menos nos segmentos sociais populares a que demos maior atenção, uma vivência do tempo abstracto — materializada, por exemplo, no uso de instrumentos como a agenda, ou na relação estrita entre divisões do tempo/actividades — que caracteriza, de um modo genérico, a vida urbana (v., de um modo geral, a este respeito, Anthony Giddens, «Time and social organization», in A. G., *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 140-165).

³⁰ Esta categorização mostra, aliás, como a percepção do passado depende da sua relação com o presente [cf. Anna Collard, «Investigating 'social memory' in a Greek context», in Elizabeth Tonkin, Maryon McDonald e Malcolm Chapman (eds.), *History and Ethnicity*, Londres, Routledge, 1989, pp 89-103].

³¹ A fome — enquanto carência de alimentos — tem acompanhado o quotidiano dos mais pobres ao longo de séculos. Nesta vivência genérica distinguem-se conjunturas mais extremas, que conduziam à inanição e à morte. Não admira que a fome ocupe um lugar tão importante nas suas narrativas (v., sobre a presença da fome na Europa, Massimo Montanari, *The Culture of Food*, Oxford, Basil Blackwell, 1994, pp. 1-5).

Fome e escassez de tudo. De comer, de vestir, de calçar. Tempos também de forte subordinação aos que detinham o poder: os seus patrões, que ocupavam o centro da vida local, cuja benevolência era necessário captar, para ter um acesso ao mundo dos favores que eles poderiam dispensar. Tempo de deferência obrigada, de uma humilhação que se reteve na memória e que é reactivada, como uma metonímia, em interações entre uns e outros no presente. Mas antigamente era também o tempo de uma maior amizade entre todos, de maior solidariedade, era a época em que os campos estavam cheios de gente e o trabalho era acompanhado por canções. Hoje, em contrapartida, a vida é muito melhor. Já não há fome, na opinião local, podem-se comer várias sardinhas e não dividir uma por toda a família. Todos andam calçados. Há pensões de reforma desde os tempos de Marcelo e liberdade de voto desde o 25 de Abril. Já não há a «repressão», que os obrigava a andar sempre submetidos aos poderosos. Mas também hoje se «estraga», há droga, não se trabalha como antigamente, nem há a alegria do passado³².

No «antigamente» da narração recorta-se como ainda mais vetusto um tempo dos «antigos», que recua até às origens da colectividade³³. A esse tempo reporta-se uma história que se propõe explicar a origem da situação social local, decorrente da distribuição da propriedade. Contam que outrora a terra seria de todos, mas que teriam vindo uns cavaleiros armados que se teriam apropriado dela. Andavam, entretanto, uns criados negros a pôr marcos delimitadores da propriedade, dizendo «isto aqui é do meu siô». Chegados à ribeira, no sítio que faz fronteira com outra freguesia, puseram marcos numa terra que estava a ser lavrada por um morador desta. Este, quando os terá ouvido reivindicar a propriedade para o seu «siô», agarrou num machado e matou um deles, tendo-se o outro posto em fuga e ido alertar o senhor, que teria fugido com os cavalos ferrados ao contrário para despistar os perseguidores.

A história tem várias versões, mantendo este sentido genérico. Numa, este senhor ter-se-ia feito passar por rei, mas o abuso teria sido descoberto por um natural de Vila quando foi a Lisboa e viu que lá havia um rei e disse que havia outro na terra dele. Também se conta que o senhor era cunhado do rei³⁴. Trata-

³² A mesma contraposição entre um passado de escassez «material», mas mais rico em termos de relacionamento humano, e um presente de maior abundância, mas de perda de qualidade na vivência social, é referida por Zonabend, *op. cit.*, p. 21. Para ela, tal imagem do passado evocaria um mundo de entendimento e coesão, porque fechado sobre si. Porém, sem deixar de lado o facto de tais imagens poderem referir contrastes por que passou a vida local, importa ter em conta que o tópico do louvor aos tempos antigos é frequente — e multissecular — na comunicação oral e escrita e que os mesmos que hoje o reproduzem o terão ouvido a pais e avós. Este sentimento é referido por Ives-Marie Bercé in *Révoltes et révolutions dans l'Europe moderne xv^e-xviii^e siècles*, Paris, PUF, 1980, p. 33.

³³ As mesmas referências temporais são assinaladas por uma investigadora da memória numa aldeia francesa (id., *ibid.*, pp. 13-14).

³⁴ Reportamo-nos, a propósito desta história, às considerações de Jack Goody sobre a memória como «reconstrução generativa» mencionadas na nota 28.

-se, como é óbvio, de uma narrativa mítica, embora possa ter alguns referentes na história de Vila. De facto, esta foi sede de um poder senhorial que abrangia o concelho e outros dois vizinhos. Subsiste ainda uma parte do palácio dos senhores e está praticamente intacta a grande quinta que um deles demarcou em finais do século XVI. Estes senhores seguiram o partido de Espanha na Restauração e os seus poderes e propriedade estiveram confiscados durante mais de meio século. É verosímil que tivessem algum escravo negro. Por outra parte, a freguesia vizinha tem uma distribuição da propriedade diversa, predominando as pequenas explorações, e os seus naturais gozam da fama de violentos. Mas a narrativa explora tópicos habituais da memória popular: os senhores exploradores, um tempo dos começos sem desigualdade em termos de propriedade, surgindo mesmo a ideia de um rei justo, distante³⁵. Serve para manter a reivindicação de um mundo mais igual, onde todos tivessem, na expressão local, um «bocadinho» de terra³⁶.

Esta história, do conhecimento geral, ouve-se, com maior ou menor detalhe, na boca de assalariados, pequenos proprietários, comerciantes, etc. Alguns, claro, contemplá-la-ão com cepticismo, como «história». Em outros ela é a memória do que contavam os «antigos». Seja como for, não se ouve na boca dos mais poderosos, nem dos que, encontrando-se numa posição intermédia, não têm questionado a sua supremacia. Surge no seio dos que se classificam a si próprios como «pobres» e que identificam de um modo elástico, porque se trata de uma contraposição, os outros como «ricos». É parte da sua identidade social.

Na reivindicação da condição de «pobre» cabem não só aqueles que o senso comum aceita como tais, como os que se reivindicam dessa condição pelo seu passado de penúria, ou porque acham que o seu estilo de vida ainda é incomparavelmente inferior ao dos «ricos», que se deixa entender não precisarem de trabalhar. Se existem «pobres», é porque há «ricos». A gama

³⁵ Esses temas são referidos sistematicamente na historiografia dos movimentos sociais rurais, que nos dispensamos de aqui assinalar com pormenor. É provável que a ideia de que antigamente a terra era de todos seja uma reminiscência da ideia da mítica «idade de ouro» de justiça na Terra. A ideia da «idade de ouro» liga-se a uma representação circular do tempo em que o passado apareceria como a «inocência do mundo» e uma sociedade modelo. Foi influente nas representações populares e na cultura erudita (v., a este respeito e também acerca do tema do «rei justo», Bercé, *op. cit.*, pp. 32-42).

³⁶ Sobre o significado deste tipo de narrativa histórica reivindicativa, v. as observações de Balandier sobre a presença de uma «história ideológica» referente ao tempo dos começos das sociedades, em que o *mythos* predominaria, a qual justifica e modela comportamentos [cf. Georges Balandier, *Anthropologiques*, Paris, Le Livre de Poche, 1985 (1974), pp. 240 e segs.]. Embora o autor fale das sociedades africanas, as suas observações têm toda a pertinência neste contexto [v. igualmente, como demonstração da importância legitimadora de um recurso a um passado mítico na história política europeia, Moses I. Finley (trad. esp.), «La constitución ancestral», in *Uso y Abuso de la Historia*, Barcelona, Critica, 1977 (1975), pp. pp. 45-90; v. igualmente, a este respeito, Elizabeth Tonkin, *op. cit.*, pp.129-130].

destes é variável, dependendo de quem se considera pobre; quem é «rico» é quem está por cima. São-no, por excelência, os principais proprietários e os que exercem ou exerceram profissões altamente remuneradas.

Não iremos deter-nos sobre os diferentes usos dados pelas classes locais a esta classificação. Ela tende a polarizar, desprezando as posições «médias» da sociedade local. O mundo dos «ricos» é o mundo dos que têm de mais e que não só monopolizam em larga medida os recursos fundiários, como vivem mesmo do trabalho alheio e terão uma vontade deliberada de impedir os outros de prosperar. Em contrapartida, ser «pobre» não é apenas ser sujeito de uma condição desgraçada. É ter a dignidade do trabalho e pertencer a uma condição enaltecida pelos Evangelhos, que definem a sua identidade de cristãos. Esta fonte escrita, mediada pela palavra do clero, penetrou na sua vida, configurando uma identidade³⁷.

A identidade de «pobre» define um colectivo em termos de oposição³⁸. Um colectivo que não é homogéneo, pois alguns dos que se consideram «pobres» são considerados «ricos» por quem está mais abaixo. Mas que não deixa de corresponder a clivagens da história local: quem se considera «pobre» nunca pertenceu ao mundo dos inequivocamente «ricos». Tal imagem define os membros da maioria das famílias destas povoações, que contactam entre si nos espaços públicos e nas associações locais, como a banda e os bombeiros. São em grande medida aqueles que têm uma memória de dificuldades a uni-los, associada a um relacionamento marcado pelos laços de parentesco e pela vizinhança.

Esta concepção de uma sociedade dividida em «ricos» e «pobres» não aflora no discurso dos tidos como pertencendo ao primeiro grupo. Não que ela seja desconhecida — o autor das «memórias» escritas que mencionámos debruça-se sobre ela —, mas, provavelmente, porque lhes é desfavorável, além de que terão outros padrões de comparação. Na sua auto-representação não é propriamente a condição material que é exaltada, antes os sinais de uma distinção pessoal que a mesma possibilita. São os símbolos do gosto, da antiguidade ou as «maneiras» o que evocam, bem como uma trajetória familiar que os singulariza.

³⁷ A concepção dicotómica da sociedade, que a concebe como dividida em «ricos» e «pobres», é predominante na patrística cristã, sendo usada tanto por aqueles que contestavam a ordem existente como pelos que a defendiam. É uma presença constante na história dos movimentos sociais (cf. Stanislas Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979, pp. 19-37).

³⁸ Esta identidade tem um nítido carácter relacional, produto dos processos sociais que moldaram o espaço local (v., a respeito da dimensão relacional dos processos de identidade, José Madureira Pinto, «Sobre a produção social de identidade», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, Junho de 1991, pp. 217-231).

³⁹ Cf., a este respeito, Fentress & Wickham, *op. cit.*, pp. 113-114.

A família e o espaço local — as povoações, a freguesia — são referentes da memória e da identidade das diversas classes³⁹. A sua presença nas mesmas é, porém, diversa. Se, para os que detêm maiores recursos, a família é o elemento-chave da definição da sua identidade social e uma componente nuclear da sua memória do local — este é como que um pano de fundo daquela —, o mesmo não sucede entre a maioria da população. A família perde relevo enquanto entidade que configura uma identidade que se quer singularizada, enquanto passado no presente. Ainda é evocada enquanto sucessão de gerações entre pequenos proprietários, empregados e comerciantes, sobretudo quando atesta um passado que sobressai por algum motivo. Pode, é claro, ser invocada para lembrar dificuldades passadas, mas nesse caso o que se sublinha não é a pertença a uma linha de filiação no tempo, antes uma condição social. Para a maioria, a recordação de cada família particular insere-se no todo anónimo do trabalho e das privações rememorado na memória social da maioria dos seus habitantes e na sua identidade de «pobres». Uma memória com uma voz bem distinta da história nacional que decoraram, a qual, na verdade, os institui como «povo sem história».